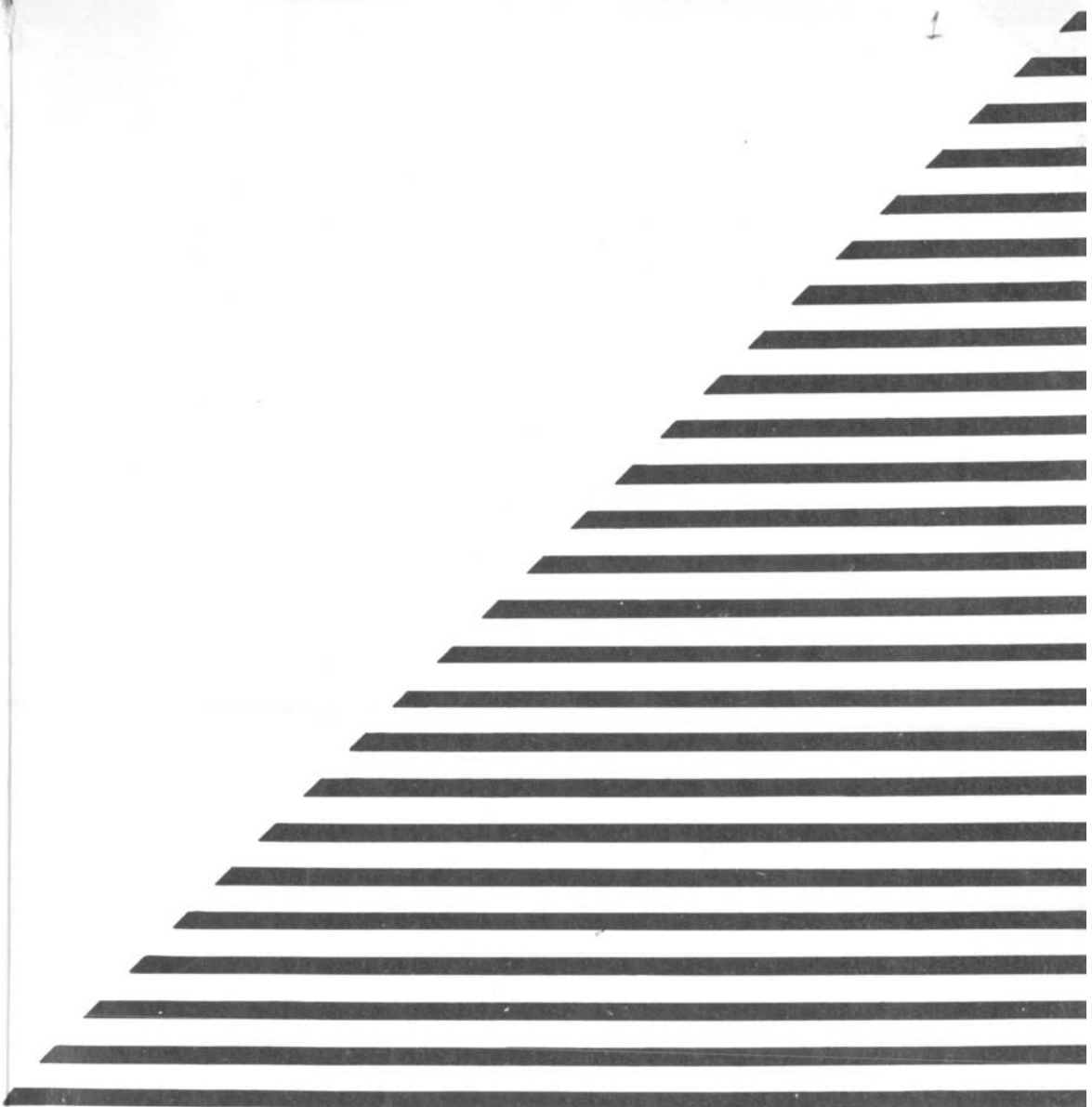


ANAIIS DO I CONGRESSO
BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA
01



ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

**ANAIIS DO I CONGRESSO
BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA**

Rio de Janeiro, de 15 a 20 de outubro de 1972

EXPERIÊNCIA DE PESQUISA HISTÓRICA EM ALGUNS ARQUIVOS BRASILEIROS

Lucinda Coutinho de Mello Coelho

Professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

Nota do editor:

Em virtude do elevado número de relatores na quarta sessão de estudos, a apresentação do trabalho da Professora Lucinda Coutinho de Mello Coelho foi transferida para a oitava sessão de estudos — temas gerais. Naquele dia, contudo, por relevantes motivos de ordem pessoal a professora não pôde comparecer ao Congresso motivo pelo qual publicamos a sua comunicação em apêndice.

A autora tece considerações a respeito de bibliotecas e arquivos nos grandes centros urbanos e nas cidades do interior do Brasil. Informa sobre o Instituto Nacional do Livro, que, entre outras atribuições, dedica-se à compra de livros para distribuí-los às diversas bibliotecas do país, embora na maioria didáticos, contribuindo em parte para o desenvolvimento cultural. Analisa a questão da pesquisa histórica no Brasil, suas origens e evolução. Informa sobre a realização de pesquisa histórica, em diversos arquivos apresentando observações que pôde colher, alertando sobre o descaso, o abandono e destruição de documentos. Exalta as excelentes condições que oferece o Arquivo Nacional aos pesquisadores. Conclui alertando o poder público para a solução do problema de preservação de documentos históricos.

RESEARCH EXPERIENCE IN SOME BRAZILIAN ARCHIVES

The author reports on the conditions of libraries in large urban centres and towns of interior Brazil. She also analyses the program of the National Book Institute, which acquires books from publishers and distributes them to the different libraries through the country. She analyses the problem of historical research in Brazil its origin and evolution in various centres of research commenting on the lack of care in handling and storage some precious documents. She praises the outstanding conditions offered by the "Arquivo Nacional" and requests an immediate solution to the problem of preservation of important documents.

EXPÉRIENCE DE RECHERCHE HISTORIQUE EN QUELQUES ARCHIVES BRÉSILIENS

L'auteur donne des considérations en rapport aux bibliothèques et archives dans les grands centres urbains et dans les petites villes et villages du Brésil. Elle renseigne sur l'Institut National du Livre, qui entre

plusieurs attributions, acquiert des livres chez les éditeurs pour les remettre aux bibliothèques, surtout du type didactique, comme contribution du développement culturel. Elle analyse la question des recherches historiques au Brésil, ses origines et son évolution. Elle informe sur la réalisation de recherches faites en plusieurs archives et observations sur l'état déposable des documents.

Elle exalte les excellentes conditions que l'Archive National offre pour la recherche.

Na objetividade de nossa presente comunicação enquadram-se as dificuldades que surgem, a cada passo, na execução de uma pesquisa histórica que necessita de fontes manuscritas existentes em arquivos de qualquer natureza.

Ao elaborar um plano de pesquisa histórica torna-se necessário, em primeiro lugar, ter o conhecimento de fontes impressas, seja especializada, seja geral, primária ou secundária.

Para a abordagem destas fontes, as dificuldades são tanto menores quanto maiores os recursos possibilitados pelo poder aquisitivo do pesquisador e pela existência de bibliotecas públicas.

Nos grandes centros em que o desenvolvimento cultural é grande e supõem a existência de estabelecimentos de nível superior e conseqüente organização de bibliotecas públicas, cada vez mais especializadas e atualizadas, consegue-se facilmente desenvolver um estudo básico para qualquer tema, para qualquer pesquisa.

Nos centros urbanos mais modestos, no entanto, observa-se uma carência tão grande de recursos que qualquer pesquisa é dificultada ao máximo ou mesmo qualquer elaboração ou consecução de simples programa de estudos nos meios universitários, se por acaso eles vêm a ser organizados, decorrentes do esforço e da boa vontade de um grupo de idealistas.

Se tivermos em conta que a grande maioria das cidades brasileiras são deficitárias em bibliotecas amplamente organizadas, chegamos à conclusão que o simples estudo de um temário através da fonte impressa é difícil e em alguns casos, impossível.

O Instituto Nacional do Livro teve, entre outras atribuições, a de promover a compra de milhares de livros aos editores e remetê-los às diversas bibliotecas de várias cidades do Brasil. A maioria dessas obras era de tipo didático e raras eram as especializadas, o que não correspondia à necessidade de se elevar, ao máximo, o grau cultural dos grupos, mas que contribuiu, pelo menos com boa parcela para isso.

Digno de nota e de louvor é o esforço, às vezes sobre-humano, que se verifica em certos municípios, onde a população, ávida em atingir altos

padrões culturais, defronta-se com a primeira e principal dificuldade, qual seja a dos recursos necessários para adquirir o instrumental básico necessário para seleção e conservação de documentos.

Recentemente recebemos solicitação de uma professora mato-grossense para orientá-la na elaboração de programas e de planos de trabalho para uma recém-fundada Faculdade de Filosofia, para cujo curso de História ela fora convidada. Pudemos sentir a angustiante situação em que se encontrava para indicar bibliografia básica e indispensável ao desenvolvimento do programa do curso, confessando a não existência de uma biblioteca pública perfeitamente equipada com obras especializadas. Aconselhamos a dirigir-se às editoras mais importantes, ao Instituto Nacional do Livro, ao Ministério da Educação e Cultura, para conseguir exemplares e iniciar a biblioteca da Faculdade. Ocorreu-nos ainda dizer-lhe que formasse uma equipe de trabalho com seus alunos para executar o levantamento da documentação existente nos arquivos de cartórios, de paróquias, da Câmara etc. e, a seguir, preparar um estudo periodizado dessa documentação. Em que condições poderá ela seguir o conselho e chegar a elaborar algo de concreto? É cedo para saber. Oxalá o consiga.

Não desejamos dar enfoque à “teoria da pesquisa histórica”, porque suficientes são os mestres no assunto, tão-somente analisar as dificuldades com que se depara o pesquisador.

Sobre a evolução da pesquisa histórica no Brasil salientamos o trabalho bem elucidativo de José Honório Rodrigues: “A Pesquisa Histórica no Brasil”.¹

Nesse trabalho, resultado de sua longa experiência de pesquisador e de Diretor do Arquivo Público Nacional, encontram-se as diretrizes da pesquisa no Brasil e de sua evolução, do que damos a seguir um esboço a largos traços.

Graças aos esforços do Cônego Januário da Cunha Barbosa e do Marechal Raimundo José da Cunha Matos, iniciou-se a pesquisa histórica organizada, disto resultando a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838.

Em sessão do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional de 18-8-1838 — foi lida a proposta assinada pelo Secretário, Marechal Raimundo José da Cunha Matos, e pelo Secretário-adjunto, Cônego Januário da Cunha Barbosa, para a criação de um Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, filial da Sociedade Auxiliadora.² Aprovada a proposta, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

De acordo com seus estatutos, deveria “coligir, metodizar, publicar e arquivar documentos necessários para a história e a geografia do Brasil”.³

Providenciou imediatamente o Instituto a investigação nas diferentes Províncias e, também, no exterior, sobretudo na Península Ibérica, no sentido de se obter toda documentação histórico-geográfica possível.

Vários pesquisadores foram lançados para dar início ao trabalho de sondar e dar buscas em cartórios, paróquias, câmaras municipais, mosteiros, coligindo documentos.

Varnhagen é apontado como o primeiro pesquisador do Brasil em arquivos estrangeiros, e Gonçalves Dias como o primeiro pesquisador comissionado para pesquisar no Brasil, mais especificamente no Maranhão e Nordeste.

Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro) realizou notável busca em arquivos de Portugal, Espanha, Itália, França, Áustria, Suíça etc., coligindo dados, copiando documentos, conseguindo importantes obras de cronistas dos séculos XVI, XVII, XVIII que vieram enriquecer o patrimônio cultural e histórico do Brasil. Graças ao seu metódico trabalho de pesquisa, pôde ele elaborar a "História Geral do Brasil", em 5 volumes, "História da Independência do Brasil" e outros trabalhos.⁴

Antônio Gonçalves Dias, além de poeta-romancista, cujas obras são bem conhecidas, distinguiu-se como pesquisador de meritorios trabalhos, primeiramente no Brasil e depois na Europa. Fez um relatório de suas buscas contido in "Exames nos mosteiros..."⁵ contribuindo para o início da pesquisa histórica, embora não lhe fossem reconhecidas certas qualidades, como paciência e método.

Outros nomes poderiam ser apontados, mas deixamos de fazê-lo aqui para não fugir demais ao assunto proposto. O trabalho de pesquisa por eles desenvolvido, os documentos coligidos serviram para elucidar muitos aspectos de nossa história.

Observamos, no entanto, a notória relevância dos trabalhos de Oliveira Lima, pesquisador de real valor e intérprete consciencioso dos documentos que teve a felicidade de compulsar, tanto no Brasil como no estrangeiro.

Fazemos nossas as palavras de Honório Rodrigues: "Oliveira Lima foi um dos maiores pesquisadores de nossa historiografia e seu esforço documental só é igualado ou ultrapassado por Varnhagen..." "Nas duas primeiras décadas do século XX, Oliveira Lima forma com Rio Branco e Capistrano de Abreu a trindade mais bem preparada da historiografia brasileira. Sua história é baseada em fontes legítimas e fiéis, buscadas nos arquivos nacionais e estrangeiros e, portanto, é sempre uma contribuição decisiva e importante."⁶

De fato as obras de Oliveira Lima enriquecem a nossa historiografia. Recentemente foi publicado, por iniciativa da Faculdade Católica

norte-americana, de Boston, em 1970 (Massachusetts), o catálogo de seu arquivo pessoal, através do qual se pode notar a organização e o alto interesse na conservação de documentos históricos.⁷

Numerosos têm sido, nestes últimos anos, os pesquisadores nacionais cuja capacidade e erudição têm sido fartamente demonstradas através de copiosas publicações.

A pesquisa histórica tem-se desenvolvido no Brasil, apesar da soma de dificuldades que surgem em seu caminho, o que determina longos anos de trabalho constante. Os pesquisadores contam, salvo raríssimas exceções, com seus próprios recursos na árdua tarefa de desvendar e analisar a documentação histórica, apoiados em sua persistente dedicação.

Atualmente algumas Universidades dão apoio e prestam auxílio a pesquisadores, como a USP, a UFRJ, através de seu Conselho de Pesquisa e Ensino para Graduados, permitindo, embora limitadamente, obter-se melhores condições materiais de trabalho.

Os grupos de pesquisa planejada e orientada são em pequeno número e ainda não se chegou, no Brasil, a formar uma equipe de pesquisadores para atuar nos arquivos brasileiros. O que se observa comumente é a pesquisa histórica desenvolvida através de esforço meramente individual.

Foi-nos possível, em 1969, formar um incipiente grupo de iniciação à pesquisa com universitários do Curso de História, da UFRJ, para levantamento e exame de documentação manuscrita, sobre determinado assunto, na Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro).

Constatamos a surpresa dos universitários ao sentir a possibilidade de compulsar documentação manuscrita, a qual, na sua expressão, julgavam proibitiva e privilégio de alguns.

Observamos, também, a satisfação do chefe da Seção, Dr. Darcy Damaceno e de seu adjunto, Professor Waldir Cunha, de quem ouvimos as seguintes palavras: "É a primeira vez que um grupo de universitários vem a esta Seção para utilizar manuscritos." Prestou preciosa orientação de como buscar e usar as fontes manuscritas.

Conseguimos manter esses alunos interessados durante dois anos e hoje sabemos que alguns foram aproveitados em Instituições como o Arquivo Nacional, o Museu da Imagem e do Som, bem como por eminentes historiadores, como auxiliares de pesquisa.

Oferecendo-se a possibilidade, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, de obter auxílio para pesquisa, pudemos elaborar um plano bem mais amplo e contar com a colaboração de um auxiliar remunerado, isto é, com bolsa de iniciação à pesquisa, fornecido pelo Conselho de Ensino para Graduados.

Com esse auxílio nos foi possível atingir arquivos em algumas cidades, além dos existentes na Guanabara, ampliando a busca da documentação necessária ao tema escolhido.

Nosso trabalho desenvolveu-se em arquivos de Belo Horizonte, Salvador e São Paulo.

O que testemunhamos nos arquivos percorridos foi desalentador. Possuindo material abundante contam alguns com suficientes condições de trabalho, porém, a maior parte com surpreendente e desoladora situação.

Aproveitando este conclave damos testemunho dessa experiência, para que possam ser alertados os poderes públicos a bem da integridade do patrimônio histórico e cultural do Brasil.

Lembranças, testemunhos severos do passado, como o de Gonçalves Dias e o de Pandiá Calógeras, um em meados do século XIX, outro em princípios do século XX.

Escrevia Gonçalves Dias, em 1853, ao fazer o levantamento da documentação em arquivos maranhenses: "Fui sempre de parecer que o mais importante na história de um povo ou de um determinado círculo, se acha nos tribunais judiciários e nos cartórios de seus escrivães. Nos processos, principalmente nos políticos, propõem-se fatos, com os seus efeitos, homens com suas paixões; não há incidente que se despreze, nem circunstância que se deva omitir". "Ora, livros, papéis, correspondências encontram-se, na Comarca de Caxias danificados, por ordem de Antonio José do Couto Pinheiro. (8) Certamente, eram comprometedores e urgia destruí-los. Outras irregularidades apontou Gonçalves Dias em seus "Exames nos mosteiros", alertando o governo imperial sobre a "destruição de papéis importantes".

Calógeras, em 1927, consignava as dificuldades da pesquisa histórica no Brasil.

"A História, escrevia ele, tem por objetivo restabelecer planos perspectivos, ajuizar fatos, apreciar homens de acordo com o momento em que surgiram. E é justamente por isso que, quando obra de leal e sincero amor à verdade, merece o belo nome de mestra da vida". (9) "Mas, trabalho de homens, destes depende." "Tudo varia, desde o preparo intrínseco, o espírito crítico, o influxo do meio, os conceitos até a instabilidade no valor da faina correspondente e à irregularidade quantitativa da pesquisa." (10)

Declarava Calógeras que "muitos documentos, referentes ao período colonial, perderam-se ou se encontram truncados". "As correspondências privadas que são elementos valiosos de observação e crônica, parece terem desaparecido. Do 1º reinado e das regências há apenas apontamentos fragmentários. Afirmava ainda que "raros são os pesquisadores de arquivos,

por um lado; tão incompletos os mesmos arquivos, por outro lado. Para mostrar o mistério em que jazem os papéis, seja-nos lícito um depoimento pessoal. . .” etc. etc. (11)

Conclui-se: o estado de abandono dos arquivos ou depósitos, a destruição de papéis históricos e a falta de cuidado e desinteresse na sua conservação.

Estas observações feitas em épocas diferentes, infelizmente ainda se repetem. Seja-nos lícito, também, dar o nosso depoimento.

Dizia Calógeras que “raros são os pesquisadores de arquivos”. Pode-se ainda afirmar o mesmo, no presente.

Durante vinte anos acompanhando e auxiliando na pesquisa do saudoso e eminente historiador Hélio Vianna, falecido em janeiro p.p., tivemos ocasião de observar a afirmativa de Calógeras.

Nosso trabalho desenvolvia-se na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e outros. Por vezes encontravam-se um ou dois pesquisadores dedicados a pesquisa individual. De alguns anos para cá pode-se observar a frequência de bolsistas norte-americanos que vêm desenvolvendo metódica e persistente pesquisa em vários arquivos brasileiros.

Seguem segura orientação chegando alguns com bom preparo cultural, conhecendo o idioma e bases da História do Brasil. Contam com boa remuneração que lhes permite desenvolver pesquisa em tempo integral, conseguindo melhor rendimento de trabalho.

Entre nós, dizia Calógeras, não há escolas de crítica histórica, nem orientações comuns, nem convergência de métodos, apenas casos de pesquisa em que o prestígio do mestre cria e forma discípulos”.

Citava o exemplo de Capistrano de Abreu de quem dizia: “Que o digam quantos com ele aprenderam o respeito às fontes informadoras, a probidade científica mais severa, a análise de documentos, os modos de pesquisar e de coordenar informes, o carinhoso trato das opiniões divergentes. Para este revê e corrige provas. A outros fornece cópias de manuscritos essenciais que mandou fazer para solver dúvidas do consultante. À terceira remete seu parecer e seus estudos próprios inéditos, facultando usá-los como quiser. . . Daí serem inúmeros os seus discípulos. . .” (12)

Bem pouco se pode adiantar neste aspecto, pois que ainda não se pode falar na existência de uma escola de crítica histórica, sem que todavia esqueçamos de algumas tentativas, válidas, surgidas por vezes e merecedoras de tal característica.

Seria oportuno distinguir o grupo de trabalho sob orientação da Prof^a Cecília Westphalen que, no Paraná, desenvolve importante e dedicada pesquisa nos arquivos locais.

Não nos alongaremos citando outros grupos que se formam atualmente em algumas universidades brasileiras.

Observe-se, no entanto, que não possuem as características necessárias que definem uma "escola de crítica histórica", quais sejam: orientação comum, método unico, dinâmica dirigida, equipe, planejamento etc...

Verifica-se a formação de grupos de trabalho que, sob a orientação de um pesquisador, na maioria das vezes dedica-se ao levantamento de fontes, à transcrição de documentos.

As dificuldades, para a formação desses grupos, são de várias ordens, sobressaindo dentre elas a da remuneração suficiente ao seu aprimoramento.

O amor à pesquisa existe, não há dúvida, mas poucos são aqueles que se podem permitir o luxo de, integralmente, a ela dedicar-se.

"Tão incompletos são os Arquivos", lastimava Calógeras. A situação não mudou muito, como daremos a conhecer.

A falta de complementação observada em alguns arquivos é lamentável, de fato, porém algo muito mais grave tem ocorrido, ocorre ainda e haverá de ocorrer se não chegarem medidas que lhe ponham fim.

As falhas são multiplas desde a mais simples organização do arquivo até o seu perfeito funcionamento. A experiência que temos tido foi de várias ordens, visto que o tema que nos propusemos desenvolver abrange pesquisa de documentação manuscrita que se estende dos arquivos a diversas localidades.

Desde logo queremos ressaltar as excelentes condições que oferece o Arquivo Público Nacional localizado na Guanabara. (13)

A par de elemento humano especializado e dedicado, conta o Arquivo Nacional com o melhor instrumental de trabalho e com perfeita organização. Compreende diversas seções que permitem ampla descentralização administrativa e melhores condições de trabalho, inteiramente funcional. (Anexo I.)

Proporciona o maior conforto ao pesquisador, com excelentes fichários de referência e catálogos, organizados sob moderna técnica. Os funcionários, além da cordial atenção, estão sempre prontos, com sua larga experiência e competência, a prestar informações alertando o consulente para novas fontes.

Aberto das 9 às 18 h permite tempo integral e contínuo ao consulente.

Gostaríamos, no entanto, de sugerir imediata revisão em todo acervo documental manuscrito e sua restauração e minuciosa inventariação e catalogação.

Da mesma forma encontram os estudiosos fácil acesso aos manuscritos da Biblioteca Nacional, bem como às diversas seções: obras raras, periódicas, iconografia, microfilmagem, biblioteca.

Muito haveria que acrescentar quanto a excelente disposição de seus funcionários, mas seria alongar nosso estudo, principalmente atendendo ao fato de fugir propriamente do assunto.

Para desenvolvimento do temário de nossa pesquisa e obedecendo ao processamento metodológico escolhido, foi necessária a busca de novos elementos, de novas fontes existentes em outros arquivos nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Bahia. Precisávamos fazer levantamento de documentação manuscrita que nos fornecesse dados quantitativos para complementação de nosso estudo sobre a mão-de-obra escrava”.

Do primeiro a que nos dirigimos tivemos estranha impressão, tal a desoladora e lastimável situação.

Possui esse arquivo um dos mais preciosos acervos de coleções manuscritas, da mais variada ordem, sem falar de não menos preciosa biblioteca.

O mais absoluto descaso é aí observado, não existindo o mínimo requisito arquivístico. Não há catálogos, nem referência de espécie alguma.

Depois de perder certo tempo para se fazer entender, acaba o pesquisador diante de um emaranhado de documentos, em códices sem indicação, que são manuseados um por um para se chegar a obter a documentação necessária.

Tínhamos necessidade de consultar os códices da Delegacia Fiscal, e, além de esperar horas para que isto nos fosse dado conseguir, constatamos, infelizmente, o estado precário em que se encontravam. Jogados a um canto (explicaram que a sala onde se achavam tinha sofrido séria avaria no forro) estavam minados pela traça, pela poeira, pela umidade. Alguns rendados inteiramente, outros com as folhas coladas. Pelos corredores, no porão e até mesmo no banheiro há estantes com numeroso acervo, ostentando o drama que o envolve.

A duras penas conseguimos fazer o levantamento de dados em 40 códices, isto porque só dispusemos de uma semana, trabalhando de 8 às 19 h.

Conseguimos informações, com um dos funcionários subalternos, sobre o acervo, existindo aproximadamente:

- 1.226 códices da Câmara (fora avulsos)
- 393 códices da “Seção Colonial” (administrativa)
- 1.396 códices de “Província”
- 1.500 códices de “Delegacia Fiscal”
- Relatórios da Secretaria do Interior (fora de ordem)
- Jornais desde 1860 (mais ou menos) — gerais e locais.

Biblioteca com milhares de obras, algumas raras, sem indicação de catálogo ou de fichário.

De 33 funcionários cujos nomes constam da folha de pagamento, apenas 13 comparecem ao serviço. Assim mesmo em meio expediente, turno da manhã e turno da tarde.

Note-se que não estamos falando de arquivo de alguma cidade do interior e sim de uma capital de importante Estado da federação. Conclui-se que impõe-se a necessidade de se começar por modificar a própria administração desse arquivo e sua orientação. Parece-nos que ao governo desse Estado escapa a ciência dessas circunstâncias, do contrário não se observaria tal omissão.

No mês de dezembro de 1971 viajamos para outro Estado à procura de dados sobre importação de escravos, saída desses escravos para o Rio de Janeiro, bem como da exportação do tabaco, para África, utilizado como moeda na compra do escravo. Sabíamos, por notícias veiculadas por jornais, que o prédio da Alfândega havia sido desocupado pelo governo do Estado, para servir a outra finalidade. O que fora feito do acervo?

Obtivemos a mais dolorosa informação. Oh dor! Oh desespero! A comissão do Ministério da Fazenda que fora chamada, vistoriara o acervo, retirara parte da documentação (de imeditato interesse), microfilmara outra parte. Funcionários do Arquivo Estadual (B) que compareceram ao inventário determinaram o transporte, para o arquivo, dos livros referentes aos séculos XIX por estarem em bom estado. Os códices referentes aos séculos XVI, XVII e XVIII haviam sido deixados num amontoado disforme do qual professores e estudantes da universidade retiraram o que bem entenderam e o restante, que encheu 3 a 4 caminhões foi levado para longe e incinerado, porque “os livros estavam velhos e estragados”.

Bem, escusado é dizer que a viagem que fizemos foi um ônus e, para não perdê-la totalmente, dedicamos nosso trabalho ao levantamento de documentos pertinentes à nossa pesquisa, nos códices de “Ordens régias, cartas e alvarás”. O horário de atendimento ao público, 13 às 15 h, prejudica demais.

Fomos ainda ao arquivo municipal, onde obtivemos alguns dados, e à Santa Casa de Misericórdia para obter indicações sobre escravos. O que observamos foi comovedor. A Irmandade mantém esse monumento histórico, com tudo o que de alto valor contém, com a maior dificuldade, sem financiamento para poder sequer conservá-lo.

Não desejamos alongar nossa palestra. Tão-somente dizer algo sobre o heroísmo de pessoas que, como no caso acima citado, não contando

com recursos, nem mesmo remuneração condigna dedicam-se, não obstante, a conservar e ordenar documentos em modestas condições.

Seja-nos dado mencionar o que vimos na cidade de Goiás, antiga capital do Estado de Goiás.

No prédio da primitiva cadeia pública, exemplar de arquitetura setecentista por excelência, funcionam, pequenos, mas preciosos, o museu e o arquivo da cidade.

Há uma senhora, funcionária estadual, ao mesmo tempo guardiã, diretora, funcionária, em suma "fac totum", assessorada por uma auxiliar secretária-datilógrafa, um vigia e servente, percebendo menos que o salário mínimo.

Ficamos impressionados como por sua exclusiva iniciativa e com grande esforço havia separado os documentos, uns por ordem cronológica, outros por assunto, grupando-os amarrados com um papel indicador e arrumados em diversas estantes. Desejava ardentemente vir ao Rio de Janeiro, para fazer o curso do Arquivo Nacional, a fim de conseguir a necessária técnica para catalogar e conservar aqueles preciosos documentos.

Como este caso poderíamos citar outros, porém não podemos abusar dos leitores. Seria um rosário de informações desoladoras.

Concluimos ser da máxima urgência que o poder público dedique severa e pertinaz atenção ao problema.

Providências poderiam ser tomadas como por exemplo:

a) criação de um órgão administrativo peculiar e autônomo, e de âmbito nacional supervisor.

b) comissões, sejam de caráter misto, sejam por contrato para inventariar a quantidade de arquivos existentes, ou a serem fundados.

c) auxílio financeiro a arquivos estaduais para que possam melhorar seu material e seu quadro de funcionários.

d) ocupação dos cargos, sobretudo de diretoria, por pessoas competentes, capacitadas em arquivologia.

Em suma, pronta reformulação do sistema arquivístico no Brasil. Isto porque na Constituição da República Federativa do Brasil, o art. 180 diz que "amparo à cultura é dever do Estado".

Parágrafo único. Ficam sob a proteção do Poder Público os documentos, as obras e locais de valor histórico ou artístico, os monumentos, as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) Rodrigues, José Honório — A Pesquisa Histórica no Brasil. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1969. (Brasiliana, grande formato, 20)
- 2) Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1939. 1º v. pág. 5/8.
- 3) Ibidem — pág. 22.
- 4) Varnhagen, Francisco Adolfo de, *visconde de Porto Seguro* — História Geral do Brasil. São Paulo, Melhoramentos. 5 vols.
——— — História da Independência do Brasil. São Paulo, Melhoramentos.
- 5) Dias, Antonio Gonçalves — “Exames dos Mosteiros e das Repartições Públicas para coligir documentos históricos relativos ao Maranhão” in Revista do IHGB. tomo 16, 1863. Rio de Janeiro, págs. 370-373.
- 6) Rodrigues, José Honório — ob. cit. págs. 83/84.
- 7) Catalog of the Oliveira Lima Library. The Catholic Univ. of America. Boston. G.K. Hall 1970. 2 vols.
- 8) Dias, Antonio Gonçalves. ob. cit. pág. 373.
- 9) Calógeras, João Pandiá — Estudos Históricos e Políticos. 2 ed. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1936, (Brasiliana, v. 74 — pág. 32/33)
- 10) Ibidem. pág. 33.
- 11) Idem. pág. 33/34.
- 12) Calógeras, João Pandiá. Ob. cit., pág. 37/38.
- 13) Regimento do Arquivo Nacional — Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1958.

